ENCAMINHAMENTOS
178ª PLENA

1. Recomposição do orçamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com base ao ano de referência de 2015 (valor por aluno);

2. Reajuste salarial garantindo a recomposição das perdas salariais, com índices de reajustes diferenciados de acordo com as perdas de cada segmento da categoria desde o ano de 2010, com base no estudo do DIEESE encomendado pelo Sinasefe;

3. Regulamentar a DATA-BASE em 1º de maio;

4. Criação do RSC para os TAEs;

5. Reajuste dos auxílios – alimentação, creche e saúde;

6. Abertura de novos concursos públicos;

7. Revogação da Reforma do Ensino Médio;

8. Retirada do Projeto Future-se de tramitação;

9.Revogação da Portaria 983 e da Portaria 17 e construção de documento, a partir daquele produzido pela CND discutidos pela base e com o governo (Maira).

Reivindicações de caráter imediato:

a) cobrar resposta ao ofício protocolado em 02.01.22 solicitando: Reajuste emergencial e linear em 2023, de 26,94% (inflação oficial dos quatro anos do governo Bolsonaro); Reajuste imediato dos valores dos benefícios de Auxílio – alimentação, Saúde suplementar e Assistência pré-escolar, para que os servidores possam obter equiparação dos valores recebidos por estes e os pagos aos servidores dos poderes Legislativo e Judiciário; Imediata abertura das mesas de negociações nos ministérios da Gestão e Inovação em Serviço Público e no da Educação (MEC); Que sejam revogadas todas as ações do governo Bolsonaro que prejudicaram o Serviço Público e/ou o/a servidor, já apresentado pelo Fonasefe em documento entregue à equipe de transição.

Reivindicações da Campanha 2024:

a) recomposição salarial de todos e todas servidore(a)s públicos federais, ao dia primeiro de julho de 2010, data do último reajuste do governo Lula;

b) Ganho real de salário aos servidore(a)s correspondendo ao crescimento do PIB no período de julho de 2010 a 31/12/2023);

c) Reverter todas as reformas da Previdência que prejudicaram os trabalhadores nas últimas décadas.

d) Que as reivindicações imediatas, que, porventura ficarem pendentes, sejam discutidas e amarradas na Campanha salarial 2024.

Mesa de negociações com o MEC:

a) Na Mesa de negociações no MEC, junto com o Andes - SN e Fasubra, o Sinasefe defenderá todas as propostas apresentadas à equipe de transição nos documentos das três entidades;

b) Defender a PEC encaminhada pela deputada Fernanda Melchionna, que garante a não permissão de corte, e ou, bloqueio do orçamento do MEC.

b) A Mesa de negociações deve ser iniciada com as entidades sindicais, a partir da proposta construída e apresentada ao governo anterior, pelas entidades da Educação.

Encaminhar para as bases para discutir GT´Carreira*:*

Reivindicações *para* TAE´*s*:

1. 30 h para TAES sem ponto eletrônico;
2. Racionalização do PCCTAE;
3. Cobrar do governo um cronograma de RECOMPOSIÇÃO dos 64% de perdas salariais e dos reajustes acima da inflação de acordo com o PIB;
4. Reajuste dos auxílios de alimentação, creche e ressarcimento saúde e equiparação aos do judiciário;
5. RSC para TAE´s;
6. PRIORIZAR O step de 5%;
7. Fim de Imposto de renda do DÉCIMO TERCEIRO;
8. Identificar os cargos TAE´s Dos IFS E escolas militares, ex. territórios;
9. Implantação da GAE (1 a 100% do salário.
10. Revogar o art.36 da IN 2/2018 (compensação de horas atividades sindicais);
11. Redução do interstício da progressão de 18 para 12 meses.
12. RSC para aposentados;
13. Seminário de aposentados.

Reivindicações para docente:

1. Reajuste dos valores de retribuição por qualificação para docente;

2. Equiparar o salário inicial do EBTT ao piso nacional de docentes;

3. Seminário de aposentados.

Encaminhamentos gerais:

1. Data base;

2. Valorização do SUS;

3. Auxílios alimentação para aposentados;

4. Revogação das reformas, trabalhistas, previdenciária e do ensino Médio.

Plano *de* mobilização para campanha salarial:

1. Campanha salarial unificada com calendário de mobilização;

2. Campanha salarial em conjunto com assembleias de base, com servidores efetivos, temporários. Sinasefe irá acompanhar e estar junto aos terceirizados em suas buscas por reajustes e lutas de classes.

3. Rodadas de assembleias de base de 23.02 a 10 de março para discutir depois definir a partir da próxima mesa;

4. Dia de mobilização salarial em conjunto com as centrais sindicais e outros movimentos sociais;

5. Que o Sinasefe não abandone a Mesa de negociação como ocorreu em 2015 no governo Dilma;

6. Produção de material audiovisual para incrementar a campanha SALARIAL;

7. A DN acompanhando as discussões na mesa de negociação, avaliará a necessidade e definirá a data de realização da próxima Plena.

8. Realização de Plenárias hibridas para que todos tenham a possibilidade de acompanhar .

9. Composição de delegação para as plenas LEVANDO EM CONSIDERAÇÃOM GÊNERO, RAÇA, IDOSOS;

10. Resolução política geral.

Encaminhamentos do XIV ESCIME, referendados pela 178ª Plena:

1. Entrega do dossiê elaborado pelas seções sindicais do Sinasefe vinculados ao Ministério da Defesa, com os seguintes temas:

a) Relatos de assédio moral; b) Relatos de sindicâncias e PADs; c) Relatos sobre descumprimento das legislações que regem os servidores docentes e técnicos administrativos; d) Relatos sobre estrutura física e material adequado ao serviço; e) Relatos sobre abuso de poder pelos militares em relação aos docentes e técnicos administrativos; f) Relatos sobre escassez de recursos humanos com consequências na sobrecarga de trabalho; g) Outros relatos.
Obs.: (o dossiê será entregue a Direção Nacional e posteriormente enviado ao Ministério da Defesa e ao Presidente Lula para tomada das devidas providências)

2. **Organização sindical, políticas de contratação, concursos e avaliação funcional:**

a) Que o XIV ESCIME aprove o encaminhamento da transformação das escolas militares (vinculadas ao Ministério da Defesa) em escolas públicas gerais de ensino básico, ensino técnico e ensino superior devido aos seguintes fatores: não há justificativas para a discriminação dos estudantes brasileiros em relação aos filhos de militares das forças armadas, que têm as atuais escolas do Ministério da Defesa mantidas pelo dinheiro público; b) Desmilitarizar a gestão das Escolas vinculadas ao Ministério da Defesa (MD), transferindo-as para o Ministério da Educação. Mantendo no MD apenas as Escolas Profissionais Militares de Nível Superior ou de Nível Médio; c) a retirada dos TTC's (R-1) da gestão dessas escolas; d) a realização de concursos públicos; e) a Concessão de D.E; f) Negociar uma possibilidade de retorno das despesas dos professores com as estruturas das aulas on-line através do abono FUNDEB; g) Possibilitar os pedidos de redistribuição; h) Solicitar a desmilitarização das escolas assistenciais ligadas ao Ministério da Defesa; i) Exigir do próximo governo o direito de reunião sindical dentro das instituições de ensino vinculadas ao Ministério da Defesa conforme prevê os preceitos da OIT; j) Cobrar do novo governo a realização de concurso público para Técnicos Administrativos e Docentes nas Instituições de ensino vinculadas ao Ministério da Defesa e no caso dos técnicos administrativos que o concurso seja no plano do PCCTAE, pois são instituições de ensino; k) Unificar os critérios de avaliação EBTT/TAE nas Instituições de ensino vinculadas ao Ministério da Defesa, respeitando as suas especificidades, com critérios factíveis e possíveis de serem alcançados; l) Que o Sinasefe crie essa proposta de critérios para avaliação de desempenho funcional num trabalho conjunto de suas comissões com os servidores das instituições de ensino vinculadas ao Ministério da Defesa; m) Que a DN envie ao MD proposta para regulamentar as avaliações funcionais, exigindo: - Critérios objetivos na avaliação; - Criar canais e protocolos para o contraditório; - Quando o servidor discordar de sua nota, que receba explicações para a nota obtida que sejam objetivas e que apresentem elementos fáticos; - Que a avaliação seja feita por equipe civil; n) Atualização da Ficha de Avaliação Docente (FRAD); o) Criação da CPPD e de Comissão de Progressão para Titular nas Instituições de ensino vinculadas ao Ministério da Defesa onde ainda não existam; p) Fim do PTTC (prestação de tarefa por tempo certo) para docentes e TAEs; q) Concurso público para efetivos e substitutos; r) A elaboração de uma ficha de avaliação comum a todos os servidores civis das instituições de ensino vinculadas ao Ministério da Defesa, com critérios claros e exequíveis; s) O estabelecimento de estratégias e de debates específicos para a participação dos companheiros(as/x) aposentados(as/x) no ESCIME; t) Reforçar perante a Direção Nacional a luta dos técnicos administrativos em relação ao recebimento do RSC e a

transposição para o PCCTAE; u) Que assessoria jurídica nacional estude as possibilidades de denúncias ou ajuizamentos dos privilégios de filhos de militares para estudar em escolas e instituições educacionais ligadas o MD, tal qual aconteceu no CPII(Colégio Pedro II) e nos CA's (Colégio de Aplicação) das UF's (Universidades Federais); v) Proposição de reedição de documento de avaliação funcional (modo mais objetivo, factível e voltado para a realidade docente) a ser encaminhado à nacional para formação de GT para formulação.

3) Assédios e Acessibilidade; Projetos educacionais:

a) Intensificar a luta da migração dos servidores do PGPE para o PCCTAE;

b) Divulgar mais a cartilha e desenvolver um aplicativo para os cálculos de aposentadorias dos servidores;

c) Incluir na pauta de negociação a possibilidade de um abono-FUNDEB para os servidores professores, em função dos gastos com a montagem da estrutura para as aulas on-line;

d) Facilitação no processo de redistribuição para os(as) professores(as) solicitantes;

e) Inclusão de licença pós-graduação como válida para o tempo de serviço na contagem para a aposentadoria especial.

f) Eliminação dos TTC (Tarefa por Tempo Certo) nas instituições de ensino vinculadas ao Ministério da Defesa;

g) Reabertura para a concessão da dedicação exclusiva nas escolas assistenciais da Aeronáutica;

h) Acompanhar nas instituições de ensino vinculadas ao Ministério da Defesa a implementação e a consolidação da educação inclusiva;

4) Eleição da Comissão de Negociação das Instituições de Ensino Vinculadas ao Ministério da Defesa

Ocorreu eleição da comissão através de critérios aprovados pelos presentes na seguinte forma:
a) Paridade de gênero (estatutário), indicação de 3 (três) titulares e 1 (um) suplente de cada força dessas instituições (Aeronáutica, Exército e Marinha) e tenha representação de docentes, técnicos administrativos e aposentados.

Com isso a equipe aprovada pelo plenário do XIV ESCIME foi:

- **Aeronáutica: Titulares -** Ariovan da Silva Martins (EPCAR), Isabel Cristina Lopes da Silva (CTRB), Luiz Otávio Monteiro Barroso (CTRB); **Suplentes:** Emiliana da Consolação Ladeira (EPCAR).
- **Exército - titulares**: Cristina Kaszuba de Freitas (CMPA), Flávio dos Santos Barbosa (CMR), Karla Simões de Andrade Lima Bertotti (CMR);**Suplentes**: JulieneKely Zanardi (CMRJ).

- **Marinha - titulares:** Ana Paula de Oliveira Pires (EAMSC), Antônio Luiz Santana (EAMES), Rosa Santos (CN); **Suplentes:** Gizella Menezes Rodrigues (EAMPE).

5) Números

- Encontro bastante positivo quanto à qualidade dos debates e à quantidade de participantes, conforme os números abaixo:

- 71 participantes entre seções sindicais do Sinasefe, Direção Nacional e palestrantes;
- 14 instituições de ensino vinculadas ao Ministério da Defesa (CMPA, CMB, CMR, CMRJ, CMM, CMS, CMSM, CMF, EPCAR, CTRB, CN, EAMPE, EAMES, EAMSC);
- 11 Institutos Federais e seções sindicais do Sinasefe (IFES, IFCE, Videira,IF Baiano, Litoral, IFSUL, IFSC, IFBA, IFPE, Sintef PB, Sidscope);
- 10 Diretores Nacionais do Sinasefe (David Lobão, Artemis Martins, Elenira Vilela, Diego Lima, Antonildo Pereira, João Cichaczewski, Manoel Porto, Odemir Vieira, Lucrécia Iacovino, Luísa Souza)

6) MOÇÃO DE APOIO

Moção de apoio ao companheiro Marcelo Assunção do CMRJ que está sofrendo processo administrativo por ter denunciado práticas inadequadas no Colégio Militar do Rio de Janeiro.

Plano orçamentário-financeiro anual do Sinasefe Nacional:

a) Os seminários e encontros nacionais deverão ocorrer em Brasília, uma vez que os custos são consideravelmente menores na capital, excetuando-se quando: I) uma determinada base se disponha a sediar o evento e contribuir com o excedente de custos. II) o valor total for, comprovadamente, menor do que em Brasília.

c) A disposição prevista na alínea “a” não se aplica ao 2º ENNIQ, que já tem sede anteriormente aprovada em Maceió – AL;

a) Cada evento deverá instituir uma comissão organizadora com um representante indicado por cada chapa constituída na atual Direção Nacional e submeter seu planejamento e execução às instâncias do sindicato. Organizadores voluntários poderão ser agregados às Comissões Organizadoras, sem custeio pelo evento. d) um membro da Coordenação de Administração e Finanças – CAF deverá atuar conjuntamente com as Comissões Organizadoras, a fim de orientar, auxiliar, fiscalizar e autorizar os orçamentos de cada evento;

b) A participação e custeio nos eventos serão assegurados aos Coordenadores gerais, membros das Comissões Organizadoras e palestrantes. A Direção Nacional mediante fluxo de caixa poderá custear a participação de outros diretores nacionais, em regime de rotatividade;

c) Eventos sem instituição de Comissão Organizadora e sem local e data marcada até 15 de novembro de 2023 serão cancelados e seus recursos disponibilizados para o saldo do Sinasefe Nacional;

d) Caso a Comissão Organizadora do evento entenda que os valores disponibilizados não são suficientes para a totalidade dos custos, as bases do Sinasefe poderão ser chamadas a contribuir com o evento, solidariamente;

e) Plantões de Pasta da Direção Nacional serão realizados buscando otimizar os recursos aproveitando os plantões de chapa, sempre que possível;

f) i) Outros eventos sociais não previstos poderão ser realizados, desde que online ou que os custos sejam inferiores a 15 mil reais.

g) Novos eventos poderão ser realizados, desde que aprovados em Plena e com indicação de origem de financiamento.

h) Alterações aprovadas na tabela quatro: valor de R$ 400 mil para as Plenárias Nacionais, R$ 160 mil para o Seminário Nacional de Educação, R$ 160 mil para o Seminário de Carreiras, R$ 160 mil para o Encontro Nacional de Aposentados e PCDs, R$ 105 mil para o Encontro de Formação Política, 100 mil do ENNIQ podendo remanejar até R$70 mil do LGBTQIA+, R$ 60 mil, podendo receber o restante do ENNIQ para o Encontro LGBTQIA+, R% 75 mil para os Encontros Regionais de Mulheres, R$ 195 mil para a CND e CNS R$ e 15 mil para o ESCIME, com o Conselho Fiscal e o Conselho de Ética sendo custeados à parte pela DN.

Moções aprovadas:

MOÇÃO DE APOIO À SINDICALIZADA DOLORES ASSORITTI

Nós, delegado(a)s e observadore(a)s presentes na 178º Plena, vimos, por meio desta moção de apoio, nos solidarizar com a companheira sindicalizada DOLORES ASSARITTI, mulher, mãe, professora, ex-dirigente da Seção Sinasefe IFBAIANO, de uma práxis de lutas, tanto no âmbito sindical, quanto em defesa da educação pública, gratuita, laica, inclusiva, democrática e de qualidade, socialmente referenciada, que sofreu um processo de sindicância ao denunciar e resistir à precarização de seu trabalho enquanto professora de Educação Física; sindicância esta que foi transformada em um Processo Administrativo Disciplinar – PAD, sob a acusação de "desídia" e por "opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço". Ainda em abril de 2022, a gestão do Instituto Federal Baiano ignorou o trabalho realizado pela Comissão de Educação Física e Esporte (Portaria 78/2022 – RET-GAB/IFBAIANO, de 20/04/22), que analisou as condições em que acontecem atualmente as práticas esportivas e de lazer em cada campus do IFBAIANO, onde se constatou a precariedade e inexistência de condições para as aulas e práticas de esportes, como falta de professores da área (ela mesma, única professora no campus Santa Inês para atender a todos os cursos), inexistência de materiais esportivos, de quadros e a impossibilidade de realização do JEIF, EM setembro, para o mês de novembro/22, face ao recém retorno letivo do isolamento social da Covid – 19,

entre outros fatores. Esse PAD é fruto de práticas de caráter de perseguição política e de silenciamento à companheira, e representa o que há de pior no IFBAIANO! Ela não está só! Todo nosso apoio e solidariedade à companheira! Pois neste momento em que ressurge a democracia brasileira, o autoritarismo e a perseguição não avançarão no IFBAIANO!

NOTA DE REPÚDIO

Publicado no Diário Oficial desta quinta – feira (9/2), a Lei 18.637, que dispõe sobre atividades e festividades alusivas à Semana de Combate à Violência Institucional contra Crianças e Adolescentes, uma cortina de fumaça para impor diversas normas que atacam a Liberdade de Cátedra do professor e persegue os trabalhadores da educação. É uma escola sem partido com outro nome e sob nova direção.

Entre as cláusulas impostas estão pontos que criminalizam os professores, aumentando a perseguição já sofrida pela categoria. A lei trás pontos absurdos que impõem controle e desrespeitam a profissão de educador. Nesse sentido, nos manifestamos firmemente contrários à famigerada Lei 18.637 (SINTE 2023).

A educação necessita de mais investimentos e de efetivo regime de colaboração para superar os desafios históricos e atuais impostos pela pandemia e não de medidas que atacam a liberdade e autonomia docente. Em face do exposto, reiteramos nossa convicção, fundamentada em elementos históricos, nos direitos humanos e em razões pedagógicas, na formação educacional a partir da intrínseca relação família- escola-sociedade. A política do vigiar e punir, não pode ser a pauta do governo Jorginho Mello e nem de nenhum outro.

A escola é um espaço coletivo, de respeito aos princípios constitucionais, ao estado laico, à liberdade de cátedra, ao ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que diz que “nenhum aluno, nenhuma criança pode ser segregada no ambiente escolar”. A escola tem que respeitar que o Estado é laico, que implica ter um menino ou uma menina do Candomblé, evangélico, católico, budista ou ateu. Não é a escola que irá orientar quanto a sua religiosidade ou não religiosidade.

Defender e proteger os direitos das crianças e adolescentes é um dever de todos os educadores e da sociedade, agora, impedir a liberdade de ensinar para a cidadania com democracia é atacar este direito, conforme aponta em sua carta o Sinte de Santa Catarina – Sindicato em Defesa da Educação Pública no Estado de Santa Catarina.

O Sinasefe entende que é a educação pública, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada, integral e laica, ao lado de direitos assegurados e das condições dignas de trabalho e salário, que compõem um caminho necessário para significar socialmente a democracia política, uma das precondições necessárias para a superação das referidas transição e barbárie, expressas nas violências cotidianas, no ultraconservadorismo, no obscurantismo neofascista e na tirania do “mercado”.

NOTA DE REPÚDIO À NOMEAÇÃO DE KÁTIA HELENA SERAFINA CRUZ SCHWEICKARDT À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO

A 178ª Plena, reunida nos dias 111 e 12 de fevereiro de 2023, em Brasília, O Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional e manifestar sua posição contrária à posse da senhora Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt, para titular da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação em razão de que a mesma, durante sua gestão na Secretaria Municipal de Educação de Manaus, atuou contra os interesses da educação pública municipal, considerando como criminoso o movimento dos profissionais da educação, que reivindicavam esclarecimentos sobre a devolução dos valores do FUNDEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica – para os cofres da União. Durante sua gestão atuou, veementemente, para que setores privados ganhassem espaço na educação pública e em nenhum momento abriu mesa de negociação ou deu espaço para escuta da pauta dos trabalhadores em educação do município de Manaus. Ao fim e ao cabo, questionamos sua total falta de militância durante o período nefasto da política brasileira dos últimos seis anos. #ForaKatia!
Brasília/DF 12 de fevereiro de 2023.

Brasília – DF, 12 de fevereiro de 2022.

178ª Plena